



XII SEMANA CIENTÍFICA UNILASALLE – SEFIC 2016
Canoas, RS – 17 a 21 de outubro de 2016

PAINEL DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA

OFERTA DE EDUCAÇÃO INFANTIL EM MUNICÍPIOS GAÚCHOS: A (DES)INFORMAÇÃO SOBRE UM DIREITO NOS SITES INSTITUCIONAIS

Bianca Bortolini, Maria Luiza Rodrigues Flores (orientador)
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Área Temática: Educação, Políticas Públicas

Resumo: Este trabalho está vinculado à pesquisa que vem acompanhando a trajetória de expansão do atendimento às crianças de até seis anos em sete municípios da região metropolitana do estado, investigando eventuais repercussões da matrícula escolar obrigatória na pré-escola para a oferta de educação infantil no período entre 2009-2016. De acordo com a Constituição Federal (BRASIL, 1988), o prazo para a universalização do acesso para crianças de quatro e cinco anos é o ano de 2016. A metodologia envolveu levantamento de dados qualitativos referentes a esta oferta educacional em sites oficiais dos municípios (prefeituras, secretarias de educação e conselhos de educação) em dois momentos diferentes, 2015 e 2016. Em ambos os anos, buscamos informações sobre endereço de escolas, identificação de instituições regularizadas, número de vagas disponíveis e processo de seleção para obtenção de vaga. Em 2016, como segunda etapa do trabalho, pesquisamos nos mesmos sites informações relacionadas à dependência administrativa da vaga, isto é, das instituições educacionais cujo nome constava nos sites, tentamos identificar quais seriam escolas públicas ou instituições privadas conveniadas com oferta de educação infantil (EI). A revisão da literatura aponta para a expansão da oferta de EI na última década (SOARES E FLORES, 2015), mas também chama a atenção para os riscos à garantia da qualidade, nos casos de expansão por conveniamento com instituições privadas sem a devida regularização (SUSIN E PERONI, 2011; SUSIN E FLORES, 2013). O resultado deste estudo evidenciou que os sites oficiais pesquisados, nos anos investigados (2015; 2016), em sua maioria, mantinham a EI sob certa “invisibilidade” e nenhum site oficial apresentou informações mais completas acerca desta etapa da educação escolar no segundo ano da coleta. Em alguns casos, os portais não dispunham das informações pesquisadas, não as apresentavam de forma clara. Em relação à dependência administrativa da vaga ofertada, percebemos que apenas no site de um dos sete municípios existia essa informação, enquanto apenas um site de conselho de educação disponibilizava a informação nominal sobre instituições conveniadas. Este trabalho identificou a ausência e desatualização das informações acerca de vários aspectos desta oferta, sendo que esta falta de acesso à informação prejudica tanto o trabalho de pesquisa em si, quanto o próprio controle social.

Palavras-Chave: Educação infantil, informação.